

Na reunião de 21.01.2021 o *Think Tank* refletiu sobre o Modelo de Governação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no contexto do quadro financeiro plurianual 2021-2027, com reporte à informação disponível em outubro de 2020.

Com o propósito de preventivamente salvaguardar a defesa dos interesses financeiros da União Europeia e nacionais, o grupo identificou um conjunto de situações potenciadores de impactos negativos e apontou possíveis medidas de prevenção de fraude, com o propósito de contribuir proactivamente para uma formulação que melhor servisse a prossecução daquele plano, nos termos constantes das Recomendações que comunicou às entidades entendidas como pertinentes em 03.02.2021, o que tornou também público no seu sítio.

Tendo tomado conhecimento do texto do PRR atualizado em fevereiro 2021, colocado a consulta pública até 01.03.2021, o *Think Tank* reavaliou as anteriores Recomendações à luz da nova formulação do texto em causa, na parte concernente ao Modelo de Governação. Dessa ponderação resultou a identificação das Recomendações que mantêm pertinência, bem como a sua comunicação, com o anterior propósito de contribuir para a melhor prossecução daquele plano, no âmbito da sugerida **consulta pública**, tendo em vista o disposto na alínea q) do n.º 4 do artigo 18º do Regulamento (UE) 2021/241 de Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o que se faz nos termos do documento seguinte de conciliação entre as anteriores Recomendações e as agora formuladas à luz do texto do PRR de fevereiro de 2021.

Conciliação das Recomendações ao modelo de governação do PRR 10.2020 e o PRR 02.2021

Situações antecipadas	Impactos previstos	Medidas de prevenção da fraude	PRR (fevereiro 2021)
1. Volume significativo de recursos financeiros adicionais a utilizar num curto período de tempo.	Aumento da pressão sobre os sistemas de gestão e controlo, enfraquecendo-os.	<p>i. Adoção de medidas antifraude, em todas as entidades intervenientes, com particular enfoque na prevenção de conflito de interesses;</p> <p>ii. Especificação das funções e responsabilidades de Coordenação Técnica;</p>	<p>i. A adoção de medidas antifraude em todas as entidades intervenientes, continua a manter-se adequada, sugerindo a implementação de planos antifraude ajustados a riscos concretos, em convergência com o sistema nacional para prevenção, deteção e correção da corrupção, da fraude e dos conflitos de interesses na utilização dos fundos, assim como das disposições destinadas a evitar o duplo financiamento, em linha com o disposto no artigo 18º, n.º 4, al. r) e 22º, n.º 2, al. b), do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12.02.2021;</p> <p>ii. Apesar do esforço de concretização feito, verifica-se ainda a necessidade de clarificação das funções de coordenação técnica e de</p>

Situações antecipadas	Impactos previstos	Medidas de prevenção da fraude	PRR (fevereiro 2021)
		<p>iii. Especificação dos diversos níveis de responsabilidade pela execução e controlo dos recursos financeiros disponibilizados, com particular importância para a salvaguarda da segregação de funções.</p>	<p>gestão a atribuir à estrutura de missão “Recuperar Portugal e à ADC, IP, concretamente no que se refere à concretização da sua “estreita articulação” (cfr. ponto 4.1., do PRR).</p> <p>iii. Verifica-se a necessidade de clarificação das condições de recurso a entidades intermédias no âmbito da execução do PRR (cfr. ponto 4.1. do PRR), no que respeita aos seus requisitos, funcionamento e supervisão. (Este aspeto assume particular importância face à possibilidade de existência de maior proximidade entre estas entidades e os beneficiários, que podendo constituir um fator de risco, deve ser acautelado)</p> <p>iv. Os modelos de governação das Regiões Autónomas, relativos aos investimentos e reformas correspondentes, são referidos como a</p>

Situações antecipadas	Impactos previstos	Medidas de prevenção da fraude	PRR (fevereiro 2021)
			definir, pelo que se considera adequado recomendar que os respetivos processos conducentes à sua definição e implementação sejam acelerados a fim de serem objeto de conhecimento e avaliação públicos, tendo em conta os montantes já afetos aos investimentos a realizar e o seu impacto nas políticas públicas nas Regiões Autónomas.
2. Coexistência de vários instrumentos de financiamento suportados em diversos sistemas de informação não integrados.	Possibilidade de sobreposição de apoios financeiros em operações semelhantes e dificuldade na obtenção tempestiva de informação.	<ul style="list-style-type: none"> i. Definição clara das fronteiras entre os diversos instrumentos financeiros; ii. Especificação dos objetivos e metas dos investimentos a aprovar e definição dos correspondentes indicadores; 	<ul style="list-style-type: none"> i. Constata-se que continua a não estar garantida a definição clara das fronteiras dos diversos instrumentos financeiros no documento atual; ii. Verifica-se que a especificação dos objetivos e metas dos investimentos a aprovar encontra-se referida na versão em análise;

Situações antecipadas	Impactos previstos	Medidas de prevenção da fraude	PRR (fevereiro 2021)
		<p>iii. Interoperabilidade dos sistemas de informação dos diversos instrumentos de financiamento;</p> <p>iv. Reporte transparente e atualizado dos fundos utilizados e dos resultados alcançados.</p>	<p>iii. Reconhece-se que pese embora seja referido o robustecimento dos sistemas de informação, não está garantida a interoperabilidade dos sistemas de informação suporte aos diversos instrumentos de financiamento;</p> <p>iv. Assinala-se que o reporte transparente e atualizado dos fundos utilizados e dos resultados alcançados está considerado na versão em análise.</p>
3. Carência de recursos humanos.	Grande número de operações a gerir e controlar por trabalhador, condiciona a qualidade do trabalho prestado. Substituição de controlos <i>in loco</i> por controlos à distância com maior dificuldade na deteção atempada de irregularidades / fraude.	<p>i. Atualização de competências em razão das novas formas de atribuição e controlo dos apoios financeiros – destaca-se a importância da definição adequada de indicadores <i>versus</i> apreciação de documentos de despesa.</p> <p>ii. Utilização adequada de ferramentas informáticas como auxiliar do controlo administrativo;</p> <p>iii. Reforço dos controlos físicos dentro das regras de segurança sanitária;</p>	Sinaliza-se que embora o documento em análise refira a capacitação das entidades e a necessidade de desenvolver um sistema de informação robusto suporte à gestão (cfr. ponto 4.1. do PRR), constata-se que não integra todas as vertentes consideradas nas recomendações formalizadas, que, por essa razão, continuam a manter pertinência, na sua integralidade.

Situações antecipadas	Impactos previstos	Medidas de prevenção da fraude	PRR (fevereiro 2021)
		iv. Reforço dos recursos humanos das entidades com intervenção no sistema de gestão e controlo	A circunstância de ter o documento em análise acrescentado no seu ponto 4.1. que “(...) o sistema de controlo interno será reforçado com a intervenção da Inspeção-Geral de Finanças, que assegurará o seu bom funcionamento e procederá a auditorias e controlos sobre operações.(...)”, sugere que, concomitantemente, se recomende sejam identificadas soluções concretas que habilitem a IGF a dar resposta adequada ao esperado incremento de tarefas.
4. Ausência de avaliação dos impactos dos recursos financeiros atribuídos.	Dificuldade / impossibilidade da aferir a eficácia das operações financiadas e a prossecução das políticas públicas correspondentes.	i. Reponderação da dimensão da Comissão Nacional de Acompanhamento, explicitação e concretização das funções de avaliação ii. Acompanhamento dos reais impactos da utilização destes recursos públicos na implementação de políticas públicas e não na simples monitorização da execução dos programas.	Considera-se que, pese embora o esforço de concretização feito no documento em análise, mantêm válidas as recomendações feitas a este propósito.